



Encontros Democráticos são publicações do Espaço Democrático, a fundação para estudos e formação política do PSD

Reforma política reduzirá o número de partidos

Embora considerada incompleta, a assim chamada “reforma política” sancionada pelo presidente Michel Temer no dia 6 de outubro de 2017 trouxe avanços importantes no sistema eleitoral e no financiamento de campanhas. Essa foi uma das conclusões da mesa redonda promovida naquele mês pelo Espaço Democrático.

Transmitido ao vivo pela página do Espaço Democrático no Facebook, o debate reuniu lideranças do partido como o vereador paulistano José Police Neto e o ex-ministro das Comunicações e ex-embaixador Andrea Matarazzo, além de colaboradores do Espaço Democrático - os cientistas políticos Rogério Schmitt, Rubens Figueiredo e Aloysio Azevedo, o cientista social Túlio Kahn e os economistas Roberto Macedo e Luiz Alberto Machado. O evento teve a coordenação do jornalista Sérgio Rondino.

Para Rogério Schmitt, que abriu o debate com uma exposição sobre as mudanças aprovadas pelo Congresso, as novas regras terão impacto positivo para o País, especialmente com a redução do número de partidos, que deve melhorar a governabilidade.

Para Andrea Matarazzo, que foi também vereador em São Paulo e exerceu diversos cargos em governos do Estado de São e da Prefeitura de São Paulo, o financiamento público das campanhas eleitorais é um aspecto positivo da reforma. “O que as pessoas nem sempre percebem é que havia antes um financiamento público ilegal, subterrâneo.

José Police Neto, por sua vez, acredita que as mudanças são sutis e não permitem esperar grandes efeitos. “As novas regras potencializam uma tendência que já se observava na representação política, favorecendo candidatos de nichos religiosos, sindicais ou financiados por recursos não contabilizados”, alertou.

Também para o cientista político Rubens Figueiredo a reforma ficou aquém do desejado, mas deve trazer alguns resultados positivos, a exemplo da redução do número de partidos e maior clareza no financiamento das campanhas eleitorais. “Não foi bem como a sociedade queria, mas é assim que o sistema político avança, aos poucos e não aos saltos”, concluiu.

Esta publicação contém a íntegra daquele debate. Boa leitura.



SÉRGIO RONDINO - Boa tarde a todos. Estamos iniciando mais um Encontro Democrático, hoje em formato de mesa-redonda, para uma troca de ideias a respeito das últimas medidas que alteraram o sistema eleitoral no Brasil e dos seus efeitos na política nacional. Teremos aqui a participação dos seguintes colaboradores do Espaço Democrático: os cientistas políticos Túlio Kahn, Aloysio Azevedo, Rogério Schmitt e Rubens Figueiredo, os economistas Luiz Alberto Machado e Roberto Macedo, e um convidado especial, o ex-ministro e ex-secretário estadual, Andrea Matarazzo, que tem longa carreira na área pública e também já disputou eleições, com votação espetacular para vereador em São Paulo e, portanto, tem muito a acrescentar à nossa conversa de hoje. Eu peço, inicialmente, que o Rogério Schmitt faça um resumo das principais medidas que foram aprovadas nos últimos dias

e que vão impactar o processo eleitoral. Em seguida, a conversa está livre para as colocações relativas a essa questão. Rogério.

ROGÉRIO SCHMITT - Vou ser bem telegráfico. Na verdade, o que muitos chamaram de reforma política foram três mudanças legais, diferentes, sancionadas nos primeiros dias de outubro. Primeiro, foi uma emenda constitucional - a Emenda Constitucional 97 - que introduziu a chamada Cláusula de Desempenho, ou Cláusula de Barreira, nas eleições para deputado federal. Ela também extinguiu a figura das coligações entre os partidos nas eleições proporcionais, com prazos de validade diferentes - volto a falar dela daqui a pouco. Além disso, tivemos dois projetos de lei diferentes que foram sancionados alguns dias depois - a lei 13.487, que basicamente institui o Fundo

...O QUE MUITOS CHAMARAM DE REFORMA POLÍTICA FORAM TRÊS MUDANÇAS LEGAIS, DIFERENTES, SANCIONADAS NOS PRIMEIROS DIAS DE OUTUBRO.

... ENTÃO, É BASICAMENTE DESSAS TRÊS PEÇAS LEGAIS QUE ESTAMOS FALANDO - DE UMA EMENDA CONSTITUCIONAL E DE DUAS LEIS ORDINÁRIAS”.

Rogério Schmitt



Especial de Financiamento de Campanha, e a lei 13.488, que regulamenta vários aspectos diferentes da legislação eleitoral. Então, é basicamente dessas três peças legais que estamos falando - de uma emenda constitucional e de duas leis ordinárias. Vou fazer um rápido resumo das mudanças que foram aprovadas - primeiro, por essas leis ordinárias - e depois vou falar com detalhes sobre as mudanças que estão vindo por meio da Emenda Constitucional - e que me parecem ser as mudanças mais importantes e de maior significado político.

Essas duas leis ordinárias trazem cerca de 20 mudanças diferentes - e eu separei algumas que me parecem mais importantes. Por exemplo, a propaganda eleitoral no rádio e na televisão, no segundo turno. O tempo de propaganda foi reduzido. A participação de candidatos nos debates antes era restrita a partidos que tivessem no mínimo nove deputados e agora esse limite foi rebaixado para cinco deputados. Foi extinto o horário gratuito de propaganda partidária. Continua a haver a propaganda de candidatos nos anos de eleição, mas aquela propaganda partidária que era exibida nos anos ímpares, nos anos não eleitorais, acabou. E foi criada a possibilidade de os partidos fazerem o chamado *crowdfunding*,

a vaquinha virtual. Candidatos e comitês oficiais podem fazer campanhas de arrecadação, financiamento coletivo pela internet.

Agora também é possível os partidos pagarem por aquelas ferramentas de Internet que ajudam a dar mais alcance às postagens dos candidatos. Isso era proibido e agora será liberado. O prazo de parcelamento das multas eleitorais foi ampliado para 60 meses. A campanha eleitoral vai durar 45 dias. E foram criados tetos para financiamento de campanha - para a presidência, pode custar, no máximo, R\$ 70 milhões; para governador, o teto é proporcional ao eleitorado de cada Estado e pode variar de R\$ 2,8 milhões a R\$ 21 milhões; para senador, pode custar de R\$ 2,5 milhões a R\$ 5,6 milhões; para deputado federal, o custo é fixo de R\$ 2,5 milhões; e para deputado estadual o teto é de R\$ 1 milhão.

Também foi liberada a possibilidade de os candidatos custearem 100% de suas campanhas, algo que era proibido, havia limitações. Agora, se o candidato quiser bancar 100% dos custos de sua campanha, isso é possível. Foi mantido aquele limite de 10% da renda para doação das pessoas físicas. Então, se eu recebi R\$ 10 mil no ano anterior, eu posso doar no máximo R\$ 1 mil. Mas acho que a principal novidade dessas mudanças infraconstitucionais é a criação do fundo de financiamento de campanha, chama-se Fundo Especial de Financiamento de Campanha.

Como vocês se lembram, o Supremo Tribunal Federal, em 2015, declarou que as doações de empresas não seriam mais permitidas. Isso já foi assim na eleição municipal do ano passado e agora o Congresso criou esse fundo como uma alternativa à escassez de recursos. Estima-se que esse fundo vai destinar R\$ 1,7 bilhão a cada dois anos - só nos anos eleitorais. Ele vai ser abastecido por 30% dos valores das emendas de bancada que os deputados e senadores

apresentam ao Orçamento. E também receberá - com a extinção da propaganda partidária nos anos ímpares - o valor daquela despesa que a União tinha para fazer a compensação fiscal para as emissoras de rádio e TV pela chamada propaganda eleitoral gratuita. Então, não se está criando - supostamente, pelo menos - nenhuma despesa nova, estão realocando valores que já estavam destinados a outras rubricas do Orçamento Federal.

Em geral, essas são as principais novidades no nível infraconstitucional. Mas, como já disse, eu queria dedicar um pouco mais de tempo para apresentar e comentar as mudanças que foram feitas via emenda constitucional, que é a Emenda Constitucional 97. Estamos chegando a quase 100 emendas na Constituição de 1988. Esta foi a 97. Essa emenda basicamente traz duas novidades para o nosso sistema eleitoral: primeiro, acaba com as coligações entre os partidos nas eleições para deputados e vereadores, as chamadas eleições proporcionais. Só que a extinção das coligações não vai acontecer nesta eleição de 2018, apenas a partir da eleição de 2020, quando a eleição municipal já não terá coligação. Também em 2022, nas eleições para a Câmara dos Deputados, não haverá mais coligações. Elas só serão permitidas nas eleições majoritárias, para presidente, governador, prefeito e senador.

Eu peguei um estudo que foi publicado sobre a eleição de 2014, só para vocês terem uma ideia do impacto político do fim das coligações. Se em 2014 as coligações fossem proibidas - claro, é uma simulação - seriam redistribuídas quase 100 cadeiras da Câmara dos Deputados. Ou seja, de cada 5 deputados, 1 seria eleito por um partido diferente. Então, seria uma mudança grande na composição das bancadas partidárias na Câmara. São quase 20% - 18% e uns quebrados.



ANDREA MATARAZZO - Por isso não fizeram de imediato, só para perpetuar os que já estão. Esse é um dos absurdos.

ROGÉRIO SCHMITT - Haveria uma redução drástica da fragmentação partidária na Câmara. Por exemplo, o PMDB, teria pulado de 66, que ele efetivamente elegeu, para 101 deputados naquela eleição. O PT também ficaria com 101, pulando de 70, que foi o que fez na eleição passada. Para o PSD não mudaria muito: elegeu 37 deputados e cairia para 29. Essa é uma mudança que não virá de imediato. A tendência é tornar o sistema mais proporcional, prejudicando os partidos que só conseguem eleger bancadas porque pegam carona nos votos dos partidos maiores, nas coligações, reduzindo a fragmentação partidária.

A outra mudança - que vai vigorar de imediato, mas será aperfeiçoada ao longo do tempo - é a chamada Cláusula de Barreira, ou Cláusula de Desempenho. Essa emenda cria uma regra que estabelece que somente terão direito ao funcionamento parlamentar, aos recursos do Fundo Partidário e à propaganda eleitoral gratuita os partidos que tiverem pelo menos 3% dos votos válidos de todo o País.



ROBERTO MACEDO - Votos para deputado federal?

ROGÉRIO SCHMITT - Sim, 3% dos votos válidos para deputado federal. E além disso há uma segunda cláusula, que é estadual - os partidos vão precisar ter também pelo menos 2% dos votos em nove Estados diferentes. Mas não se chegará a esse desenho de imediato porque a emenda prevê um processo de transição. Esses números que acabei de citar só vão valer para as eleições de 2030 em diante. Nas três próximas eleições - 2018, 2022 e 2026 -teremos uma cláusula de barreira mais atenuada. Em 2018, por exemplo, a cláusula nacional, que é de 3%, vai ser só de 1,5%.



LUIZ ALBERTO MACHADO - No curto prazo já reduziu.



ROGÉRIO SCHMITT - Foi criado algo que não existia antes. Hoje não temos nenhuma cláusula nacional. Vamos ter, no ano que vem, 1,5%. Em 2022, 2%; em 2026, 2,5%. Até chegar a 3% em 2030.

ANDREA MATARAZZO - Só para ter uma ideia, a Itália, que não é um país propriamente arrojado nessas coisas, está votando a Cláusula de Barreira em 5% agora, para abril do ano que vem.

ROGÉRIO SCHMITT - Eu fiz aqui uma rápida pesquisa, de novo baseado na simulação. Vamos pegar a eleição de 2014, que foi a eleição mais recente. Naquele ano, 28 partidos elegeram deputados. Se houvesse uma Cláusula de Barreira de 3%, esse número cairia de 28 para 11 partidos e quase 100 deputados seriam eleitos por partidos diferentes. Mas como não vai ser 3% de imediato, vamos pegar o percentual de 2018, a cláusula de 1,5%, que está prevista. Se houvesse essa Cláusula de 1,5% em 2014, dos 28 partidos, 10 não elegeriam

um só deputado. Nenhum. A Câmara teria, em vez de 28, apenas 18 partidos e quase 30 deputados teriam que mudar de partido. Vejam quais partidos iriam “dançar”: PHS, PSL, PTdoB, PRP, PTN, PEM, PSDC, PMN, PRTB e PTC. Esses partidos elegeram, em 2014, 25 deputados que não seriam eleitos se houvesse já uma Cláusula de Barreira de 1,5%. Numa Cláusula de Barreira de 2%, dois outros partidos teriam “dançado” - o PCdoB e o PSOL. Esses dois partidos elegeram 15 deputados. Na Cláusula de Barreira de 2,5%, mais três teriam dançado: PV, PROS e PPS. E com uma Cláusula de Barreira de 3%, também teriam “dançado” o Solidariedade e o PSC. Estamos caminhando na direção de legislaturas com cada vez menor fragmentação partidária. Esse é o objetivo esperado tanto da cláusula de desempenho quanto do fim das coligações.

ANDREA MATARAZZO - Só é importante lembrar que se não houvesse aquela intervenção do Supremo teríamos, depois de 10 anos, a primeira Cláusula de Barreira sendo aplicada.

...O QUE ME PREOCUPA É QUE A REFORMA FEITA É COMPLETAMENTE DESPROPORCIONAL AOS ACONTECIMENTOS QUE ESTAMOS VIVENDO NO PAÍS, QUE SÃO CAUSADOS POR UM PONTO FUNDAMENTAL: A QUESTÃO DO FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS”.

Andrea Matarazzo

Então, acho que, em termos de Brasil, é ser muito otimista achar que nós vamos chegar nos 3%, porque provavelmente isso muda daqui para frente.

ROGÉRIO SCHMITT - Bem lembrado, Andrea. Mas vale registrar que a Lei dos Partidos Políticos, de 1995, de fato instituiu a Cláusula de Barreira de 5% para vigorar a partir da eleição de 2006, mas era lei ordinária e, por isso, o Supremo pôde declará-la inconstitucional. Agora é emenda constitucional e o Supremo não poderá dizer que a mudança é inconstitucional.

ANDREA MATARAZZO - O Supremo não. Acho que quem vai mexer é o próprio Congresso, lá na frente. Mas, enfim, tomara que não.

ROBERTO MACEDO - Os grandes partidos não terão interesse em mudar isso.

ANDREA MATARAZZO - Mas o que me preocupa é que a reforma feita é completamente desproporcional aos acontecimentos que estamos vivendo no País, que são causados por um ponto fundamental: a questão do financiamento de campanhas. Quando se fala, hoje, da não aceitação do financiamento público, é de não aceitação do financiamento público legal, porque o que estava havendo era um financiamento público - indireto, mas público. Então, acho que fazer o Fundo Partidário é excelente, tem que fazer, a campanha tem que ser financiada por algum lugar. Esse é o lado da receita, mas o lado do custo é que também seria importante alterar.

SÉRGIO RONDINO - Vale lembrar que esta eleição de 2018 será a primeira eleição nacional com proibição de doação por empresas.



ANDREA MATARAZZO - Nós já vimos na eleição para as prefeituras que a doação de pessoas físicas é uma ilusão. E na doação de pessoas jurídicas, mesmo que fosse autorizada - e aqui eu até ponho meu chapéu de empresário - eu também não entraria a essa altura. Agora, tem que financiar de alguma forma. Além do fundo eleitoral, os recursos deveriam sair também de uma redução de custeio do próprio Congresso Nacional - e seguramente tem como reduzir despesas lá. E, por outro lado, reduzir o custo das campanhas. Qual é o principal custo das campanhas, sempre? Televisão. Qual é o problema de, num programa eleitoral, o candidato se apresentar diante de uma câmera, sentado, falando? Ele tem que transmitir uma mensagem, tem que transmitir ele, não o cenário para distrair a atenção das fraquezas dele. Se você põe todos transmitindo da mesma forma uma mensagem, vai ficar feio. E daí?

Bem... uma grande medida foi terminar o programa de propaganda partidária nos anos que não têm eleição. De novo, é viver fora da re-

alidade achar que alguém prestava atenção naqueles programas. Já não prestam. Hoje se gasta uma fortuna nos programas eleitorais e não se tratou disso, de reduzir o custo. Vai ter custo e não vai ter dinheiro.

Outra coisa que eu não entendo como passou nessa reforma é o autofinanciamento. É uma coisa absolutamente desigual. Quem tem dinheiro na pessoa física tem uma vantagem tremenda sobre quem não tem. Quem possui empresas, por exemplo, prestadoras de serviços, tem outra vantagem imensa, que é a antecipação de dividendos, prestando serviços numa ponta e na outra buscando dividendos que você pode antecipar. E também induz a fraudes, a problemas. Acho que isso tem que ser revisto.

ROBERTO MACEDO - Só uma pergunta em relação à contribuição de pessoa física: não está sujeita àquele limite proporcional à renda?

ANDREA MATARAZZO - Não tem mais. Caiu.

ROGÉRIO SCHMITT - A única restrição é o teto de gastos para aquele cargo.

ANDREA MATARAZZO - Isso é um negócio absurdo. A gente tem que entender: a tartaruga, quando está na árvore, ela não subiu sozinha. Porque isso é um negócio tão evidente, que tinham tirado, e de repente voltou. Isso tem que sair.

ROBERTO MACEDO - Não foi com base num veto do Temer, alguma coisa assim?

ROGÉRIO SCHMITT - Não. A Câmara tinha tirado e o Senado colocou de volta.

ROBERTO MACEDO - Não voltou para a Câmara?

ROGÉRIO SCHMITT - A última votação foi no Senado.

ANDREA MATARAZZO - E isso não tem cabimento.



JOSÉ POLICE NETO - O Senado tirou a exigência colocada pela Câmara. Então, não havia mais o que o presidente (*Michel*) Temer pudesse fazer porque o texto não subiu para sanção presidencial.

ANDREA MATARAZZO - Na questão democrática, na igualdade de oportunidades, etc., é uma coisa gritante, um absurdo. Acho que essa reforma, no fundo, foi feita pelos próprios parlamentares que estão lá com uma preocupação principal: se manterem nas próprias posições. Ou seja, não fazer nada, deixar outras mudanças para longe porque, até lá, ninguém vai lembrar do que está acontecendo hoje. É o que me parece. Há alguma mudança? É melhor que nada? Claro, é melhor que nada, mas sem muito efeito prático. E ainda me preocupa que quem votou na questão do Fundo Partidário tem certeza de que o que foi votado não é suficiente para fazer a eleição. Então, vamos ver como fazer a eleição. Lembrando que na eleição para as prefeituras os ministros (*Dias*) Toffoli e Gilmar Mendes, do Supremo, lembraram que não podendo ter financiamento privado e nem podendo ter financiamento público, quem vai se beneficiar é o crime organizado, que gera recursos sem controle nenhum e aplica nas eleições, como a gente sabe. Essas são as minhas observações.

SÉRGIO RONDINO - Eu quero fazer uma observação a propósito do que você citou, sobre despesas do Congresso. O custo do Congresso faz parte do custo do sistema de representação democrática no País, que engloba a manutenção dos partidos, a eleição dos representantes do povo e sua atuação nos parlamentos municipais, estaduais e federal. O orçamento anual do Congresso Nacional está por volta de R\$ 10 bilhões - R\$ 10,7 bilhões, se não estou enganado. E se estava discutindo gastar mais dinheiro público em um fundo partidário de R\$ 3 bilhões ou R\$ 3,7 bilhões. Na Alemanha, o custo de manutenção do parlamento federal, o Bundestag, é quase



zero. Os partidos é que recebem recursos públicos, conforme suas votações, para manter os deputados. Carros, secretárias, assessores, tudo é por conta dos partidos. Então, o Brasil poderia simplesmente transferir do orçamento do Congresso para os partidos os R\$ 3,7 bilhões que estão pedindo, mas cortando despesas com as gráficas do Congresso, automóveis, motoristas, barbeiro, assessores, gabinetes, apartamentos funcionais, passagens aéreas e assim por diante. Ainda sobriariam R\$ 7 bilhões para o Congresso gastar e o Tesouro Nacional não

ANDREA MATARAZZO - É melhor não dar essa ideia aqui porque nós somos latinos, vamos lembrar. Quando você fala em R\$ 10 bilhões num Congresso com 584 parlamentares, entre senadores e deputados, é uma barbaridade. A gente sabe. Mesmo tendo tudo o que precisa, que é importante ter uma estrutura razoável e tal, tem gastos aos montes. Eu vejo de novo a Itália, que não é um modelo de economia, mas é um país que vamos dizer que funciona. No Congresso, é um gabinete para cada três deputados e é em outro prédio. Você não vê os deputados. Eles estão no plenário. Tem um grande salão com vários conjuntos de sofá. Ninguém recebe gente em sala. O fundamental é a parte legislativa e pronto. É só um exemplo. Então, eu acho que tem de onde tirar isso, dá para cortar muito gasto.



RUBENS FIGUEIREDO - Eu quero fazer uma observação sobre as questões do financiamento e da agregação do Fundo Partidário com Cláusula de Barreira. Financiamento: nas eleições de 2014 foram contabilizados algo em torno de R\$ 6 bilhões. Em 2018 a gente vai ter um fundo de eleições de R\$ 1,7 bilhão, coisa de um terço do que foi em 2014, o que me parece algo fora da realidade. Os próprios limites para gastos estão fora da realidade. Além disso, com essa Cláusula de Barreira de 1,5% e a possibilidade de haver um candidato de cada legenda à presidência da República, haverá uma fragmentação de candidaturas muito grande. Se nos cálculos do Rogério a quantidade de partidos cai de 28 para 18, no mínimo nós teremos de 15 a 18 candidatos à presidência da República, tornando a mensagem muito mais simples de ser passada nos meios de comunicação. Outra coisa importante é essa possibilidade de funcionamento, que vai dar uma força ainda maior às redes sociais e ao planejamento de campanha. Parece que a grande novidade, do ponto de vista de comunicação, é essa possibilidade de funcionamento nas redes sociais, que geram impacto muito grande se a propaganda for adequada.

NAS ELEIÇÕES, DE 2014 FORAM CONTABILIZADOS ALGO EM TORNO DE R\$ 6 BILHÕES. EM 2018 A GENTE VAI TER UM FUNDO DE ELEIÇÕES DE R\$ 1,7 BILHÃO, COISA DE UM TERÇO DO QUE FOI EM 2014, O QUE ME PARECE ALGO FORA DA REALIDADE. OS PRÓPRIOS LIMITES PARA GASTOS ESTÃO FORA DA REALIDADE. ALÉM DISSO, COM ESSA CLÁUSULA DE BARREIRA DE 1,5% E A POSSIBILIDADE DE HAVER UM CANDIDATO DE CADA LEGENDA À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, HAVERÁ UMA FRAGMENTAÇÃO DE CANDIDATURAS MUITO GRANDE”.

Rubens Figueiredo

ROGÉRIO SCHMITT - Só uma coisa que esqueci de dizer: o que acontece com deputados que sejam eleitos por partidos que não atinjam a Cláusula de Barreira? A emenda prevê que esses deputados assumem o mandato, mas eles têm duas opções: ou ficam sem partido ou se filiam a um dos partidos que superaram a cláusula de barreira. Terão os mandatos garantidos, mas provavelmente vão ter que se filiar a um partido maior, porque não é interessante ficar sem partido -não participariam de comissões, nada disso.

JOSÉ POLICE NETO - Tem uma questão fundamental aqui. A mudança da sobra é importante porque dá condição a um parlamentar que conseguiu um contingente significativo de votos, mesmo que seu partido não atinja o coeficiente, de entrar na regra de distribuição, podendo ser eleito pela sobra. É interessante porque se aproxima das candidaturas independentes, que é uma fórmula para quando chegar 2030 e houver só três partidos em consequência da Cláusula de Barreira.

Outra questão é que fizemos uma mudança muito sutil nas regras e, por isso, não podemos esperar uma grande mudança no resultado. A gente já vinha com uma tendência de voto muito ligado ao que é marginal ao mundo político - não estou falando de marginalidade, mas do que é marginal ao mundo político - ganhando força. Os ambientes religiosos ganharam força porque independem da política tradicional para ganhar votos, que conseguem com aquelas políticas do ambiente religioso. Os ambientes do crime também. Então, o que a gente fez com essa mudança sutil foi potencializar o que já vinha crescendo, sem mudar a tendência de fortalecimento do voto religioso, de fortalecimento do ingresso de recursos não contabilizados. A reforma que se

apresentou para mudar reafirmou um modelo em que a gente já vinha constatando problemas. Então, não dá para ficar imaginando que a reforma produziu alguma coisa de bom.

RUBENS FIGUEIREDO - Alguma coisa de bom ela produziu. Não foi a reforma que a gente queria, que a sociedade queria, mas é uma evolução.

ROGÉRIO SCHMITT - Mas não é bom, por exemplo, você reduzir pela metade o número de partidos atualmente existentes no Congresso, eliminando partidos sem representatividade?

JOSÉ POLICE NETO - Eu insisto no seguinte: as novas regras de fato vão permitir à sociedade escolher um candidato? Hoje é muito mais a forma com que o candidato consegue se apresentar do que a oferta de estrutura para o conjunto deles disputarem. É um pouco do que o Andrea falou. Eu não estou criticando a presença religiosa, não é isso. É que as novas regras mantêm o mesmo viés de empurrar a eleição para um ambiente em que o debate não é político. Empurram para o ambiente religioso, empurram para o ambiente do financiamento não contabilizado...

ANDREA MATARAZZO - O ambiente sindical...

JOSÉ POLICE NETO - É bom reduzir o número de partidos? É, sem dúvida nenhuma. A cláusula de barreira veio, mas muito pequena ainda, a gente vai sentir os efeitos lá na frente. Agora, o efeito prático que eu sinto para 2018 é que, ao reduzir os recursos formais para a eleição, a gente corre o risco de não conseguir acompanhar os recursos não contabilizados e a forte influência na decisão do voto do ambi-

ente sindical, do ambiente religioso. Estou dizendo que ao invés de a gente subir um patamar no debate político, a gente fez o inverso. A gente reduziu ainda um pouquinho o patamar do debate político. Essa é a primeira impressão que ficou para mim dos debates e das análises que foram feitas ao reduzirem os recursos e sinalizarem com a redução dos partidos, a despeito desses pequenos avanços.

RUBENS FIGUEIREDO - O grande erro foi diminuir a quantidade de recursos e manter o sistema eleitoral. Se mudassem para o voto distrital misto...

LUIZ ALBERTO MACHADO - A sensação que eu tive foi a de que há uma frustração muito grande, porque se esperava que fossemos além disso pelo menos em relação ao sistema eleitoral, e nisso não houve avanço nenhum.



ALOYSIO AZEVEDO - Aconteceu o mesmo que na reforma trabalhista. Já tínhamos um mercado precário de relações trabalhistas há muitos anos e o que fez a lei? Avançou na precarização. Portanto, a conclusão a que se chega é que, se nós pretendemos alguma

ANDREA MATARAZZO - Aloysio, acho que é exatamente o contrário - o Neto falou nisso também. Essas mudanças servirão para consolidar o grupo que está aí. É a sensação que dá.

ESTAMOS DIANTE DE UMA VIOLENTA TRANSFORMAÇÃO POLÍTICA. O SISTEMA PATRIMONIALISTA LEVOU UM CHOQUE FANTÁSTICO COM A LAVA JATO. ALI COMEÇOU UM PROCESSO DE DECOMPOSIÇÃO E NÃO HÁ POSSIBILIDADE DE ELE CONTINUAR. ACHO QUE ESSE É O ASPECTO MAIS IMPORTANTE E É POR AÍ QUE VIRÃO AS MODIFICAÇÕES”.

Aloysio Azevedo

RUBENS FIGUEIREDO - Mas não é um pouco de ingenuidade a gente achar que os deputados e senadores vão votar uma legislação...

ROGÉRIO SCHMITT - E chegaram lá por esse sistema...

RUBENS FIGUEIREDO - E começou pior, Andrea, era o distritão. O distritão era uma existência absoluta.

ANDREA MATARAZZO - Mas era uma mudança em que haveria o distritão acoplado, na próxima eleição, ao sistema distrital misto.

RUBENS FIGUEIREDO - Isso seria aceitável.

ANDREA MATARAZZO - Estava amarrado a uma mudança, e aí sim faria diferença.

ALOYSIO AZEVEDO - Estamos diante de uma violenta transformação política. O sistema patrimonialista levou um choque fantástico com a Lava Jato. Ali começou um processo de decomposição e não há possibilidade de ele continuar. Acho que esse é o aspecto mais importante e é por aí que virão as modificações. Não virão por essas firulas e sim por que o Estado está em decomposição, apodrecido completamente, e precisa ser enterrado para a economia e a política serem relançadas. A minha visão, nesse aspecto, é otimista porque está havendo, na verdade, uma profunda revolução pacífica no Brasil. Muito violenta e não está sendo percebida. Eu acho que essas grandes corporações estatais que se mantiveram no País até agora e se fortaleceram vão ter que ceder o seu lugar e os seus privilégios a uma articulação mais compatível com a República e a democracia.



TÚLIO KAHN - Achei curioso que essa semana o PMDB estava propondo a extinção do voto obrigatório, que foi o tema da minha tese de mestrado na USP. E a pergunta óbvia é aquela clássica: quem ganha e quem perde com isso. Esse é o caldo. Não é questão de princípio, não é questão de consistência com a doutrina. É ingênuo pensar de outro modo. Quem pensa na questão de princípios e de doutrina é cientista político, não o operador. Então, a única maneira de, eventualmente, a gente ter um sistema eleitoral que realmente deseja e que não seja para perpetuar aqueles eleitos pelas regras atuais seria, como foi proposto algum tempo atrás, uma constituinte exclusiva, especificamente pensada para a reforma política e só. É bastante improvável que ocorra. Mas também acho que essas últimas mudanças foram um avanço - embora a gente esteja no fundo do poço em matéria de prestígio do Congresso, de parlamentares, de político e tal. Talvez a gente tenha de chegar a um limite de patamar ainda inferior para que realmente alguma coisa aconteça.

ANDREA MATARAZZO - Para acontecer o quê? Esse é o ponto. Em uma discussão de País, vai até onde o fundo do poço? Anos atrás, em

...A ÚNICA MANEIRA DE, EVENTUALMENTE, A GENTE TER UM SISTEMA ELEITORAL QUE REALMENTE DESEJA E QUE NÃO SEJA PARA PERPETUAR AQUELES ELEITOS PELAS REGRAS ATUAIS SERIA, COMO FOI PROPOSTO ALGUM TEMPO ATRÁS, UMA CONSTITUINTE EXCLUSIVA, ESPECIFICAMENTE PENSADA PARA A REFORMA POLÍTICA E SÓ. É BASTANTE IMPROVÁVEL QUE OCORRA. MAS TAMBÉM ACHO QUE ESSAS ÚLTIMAS MUDANÇAS FORAM UM AVANÇO" ...

Túlio Kahn

1964, havia lá as Forças Armadas, a situação foi indo, foi indo e alguém tomou uma providência - goste-se ou não disso. Hoje nem há condições para algo semelhante. Mas é interessante: qual é o fundo do poço? Até onde temos que chegar? A sociedade acordou, mas a gente percebe que os partidos não acordaram, ao contrário, parecem completamente desconectados com o mundo real.

SÉRGIO RONDINO - O que a sociedade ganha com essa possível redução na quantidade de partidos? Tirando 15 partidos pequenos ou minúsculos do jogo, o que o País ganha com isso?

ROBERTO MACEDO - É muito mais fácil negociar acordos políticos com um número menor de partidos. Há muita dificuldade quando isso está pulverizado. Mas eu queria voltar a um ponto das reformas, ligado à questão das candidaturas independentes. Com o sistema proporcional é muito difícil haver candidaturas independentes. Eu já fui candidato. Hoje você precisa pegar votos no Estado todo, é muito difícil. E aí, além da questão partidária, você tem as corporações, o setor rural, os evangélicos... Acho até que tem uma bancada educacional, que joga pesado.

ROGÉRIO SCHMITT- Funcionários públicos...

ROBERTO MACEDO - Então, acho que a única chance de um candidato independente - e eu voltaria a ser candidato, se fosse o caso - seria no sistema de voto distrital, aí você tem chance. No voto proporcional, como se diz numa expressão mineira, você está cercado frango em campo aberto, não consegue pegar.



SÉRGIO RONDINO - Mas aí nós estamos caindo no campo do desejável, e nós precisamos discutir mais o campo real. Eu insisto na questão - e não sei se o Rogério quer falar sobre isso - da redução do número de partidos. Seria bom, disse o Roberto, porque fica mais fácil para o governo negociar uma coalizão. Também seria bom por reduzir o problema da compra de tempo na televisão. É isso ou tem mais? Gostaria que alguém aqui dissesse à sociedade o que nós ganhamos com isso.

JOSÉ POLICE NETO - Tem dois momentos que a gente tem que observar: como são os partidos no processo eleitoral e como são os partidos na formação do governo. Infelizmente, a gente reforça uma lógica aqui que é: qualquer presidente que for eleito vai ser eleito sem ter maioria. A gente reforça essa tese. Então, ao invés de você ter o referendo pelo voto pelo programa que você vai levar para quatro anos, você se elege com esse programa e aí chama os partidos para negociar parte do seu programa para poder ter governabilidade e maioria. Quando você termina o processo eleitoral tendo que dialogar com 15 partidos, você inicia um processo que vai corromper exatamente a decisão do voto que acabou de ser dado. Então,

se no futuro ficarmos com 15 partidos, depois da eleição o vencedor não terá de discutir com 28 partidos. Mas continuaremos tendo 15 partidos e o vencedor, para compor maioria, ainda vai ter de discutir com 8 ou 10 partidos que não estão no seu campo de ação política. Se você se eleger com o apoio de quatro partidos, por exemplo, vai ter de buscar outros oito.

O Centrão, na minha opinião, ganha força nesse modelo. Por quê? Porque o Centrão será o óbvio ambiente de proteção, de refúgio contra as novas cláusulas de barreira. A tendência natural, depois dessa primeira eleição que reduzirá os partidos pela metade, é haver a oposição, a situação e o Centrão preparando as próximas eleições. O Centrão vai se compor do grupo de partidos que não participou do grupo político vencedor, não elegeu presidente ou governador. A tendência é essa. Se você olhar a composição das nossas câmaras legislativas, verá que elas sempre tiveram esse modelão: o grupo que ganhou a eleição, o grupo da oposição e o grupo que fica flertando às vezes com o governo, às vezes com a oposição. Hoje, em Brasília, tem o Centrão que não elegeu a Dilma nem participou da eleição do Temer, mas dá assistência para o Temer. É só você observar um dos líderes deles, o santista Beto Mansur. O Beto Mansur é uma das lideranças mais proeminentes do Centrão. Você pergunta: de que partido é o Beto Mansur? Sei lá por quais partidos ele já passou, deve ter passado por uns 200, mas sempre foi Centrão. E se reelege. Isso que é característico da política brasileira agora tende a virar regra. Isso é bom ou ruim? Na minha opinião é bom, porque todo mundo vai reconhecer agora esse grupo, que até então era meio disforme.

TÚLIO KAHN - O interessante é que vai ser uma eleição bastante polarizada, né?

O CENTRÃO SERÁ O ÓBVIO AMBIENTE DE PROTEÇÃO, DE REFÚGIO CONTRA AS NOVAS CLÁUSULAS DE BARREIRA. A TENDÊNCIA NATURAL, DEPOIS DESSA PRIMEIRA ELEIÇÃO QUE REDUZIRÁ OS PARTIDOS PELA METADE, É HAVER A OPOSIÇÃO, A SITUAÇÃO E O CENTRÃO PREPARANDO AS PRÓXIMAS ELEIÇÕES. O CENTRÃO VAI SE COMPOR DO GRUPO DE PARTIDOS QUE NÃO PARTICIPOU DO GRUPO POLÍTICO VENCEDOR, NÃO ELEGU PRESIDENTE OU GOVERNADOR. A TENDÊNCIA É ESSA”.

José Police Neto

JOSÉ POLICE NETO - O que é bom.

ANDREA MATARAZZO - Inclusive com muita gente que era de esquerda e agora virou de direita.

ROGÉRIO SCHMITT - E também o contrário.

RUBENS FIGUEIREDO - Deixa eu colocar uma questão aqui. O sistema funciona do jeito que ele funciona, certo? Essa ideia de que vamos chegar no fundo do poço... Vocês lembram de 2013, das manifestações de rua? O sujeito surgia com a bandeira de um partido na avenida Paulista e sofria ameaça física. Era a mesma coisa que o sujeito passar com a bandeira do Palmeiras diante da torcida do Corinthians, talvez até mais perigoso. E não acabou. Então, não vai haver fundo do poço com o sistema político, não vai. E a maneira de fazer evoluir o sistema político com os políticos - porque sem eles não vai dar - é arrumar um jeito de convencê-los de que uma mudança institucional é melhor para o sistema e melhor para eles. E isso acontece com o voto distrital misto, porque contempla os caciques e faz com que um grupo de parlamentares possa ser eleito pelas suas bases com um custo muito menor.

ANDREA MATARAZZO - Mas não convence. Se tivesse convencido, teria avançado a ideia do distritão acoplado ao distrital misto na eleição de 2020.

RUBENS FIGUEIREDO - Mas essa votação foi feita num clima muito difícil.

ANDREA MATARAZZO - O Police e eu estávamos na Câmara Municipal de São Paulo quando o Serra lançou a ideia do voto distrital

apenas para municípios com mais de 200 mil eleitores. Nós pusemos a questão lá, que já é uma Câmara meio distrital. Eu achei que ia ter uma aprovação unânime, mas foi uma recusa unânime, integral.

ROGÉRIO SCHMITT - O sistema atual permite que parlamentares se elejam com votação distritalizada. Na bancada federal de São Paulo, 75% são eleitos em redutos eleitorais. Para que mudar isso? Para que reduzir para 50%?

JOSÉ POLICE NETO - Para tomar o mandato de quem já tem, você precisa derrotá-lo no distrito e fora do distrito.

TÚLIO KAHN - Nessa questão do fundo do poço que eu coloquei, voltando à Ciência Política, os regimes morrem de morte rápida ou morte lenta. O Matarazzo lembrou de 1964, com a tal paralisia decisória, quando foi uma morte rápida. O que a gente está vendo hoje é a morte lenta.

ALOYSIO AZEVEDO - Lenta? Isso é morte pacífica, mas rápida.

ROGÉRIO SCHMITT - A gente já tem, em média, 50% de renovação nas eleições do Congresso. Então, não sei se dá para falar em sobrevivência de quem está aí.

ANDREA MATARAZZO - Mas melhorou?

RUBENS FIGUEIREDO - Renovar melhora? Automaticamente melhora?

JOSÉ POLICE NETO - Com a receita como está, a gente reproduz o erro do resultado.

ANDREA MATARAZZO - O produto que vai sair dessa receita é uma coisa parecida. Isso é que é ruim. A receita é que está errada.

JOSÉ POLICE NETO - O modelo não mudou. Se a gente pegar a última eleição para a Câmara Municipal de São Paulo, que teve diversas mudanças nas regras, inclusive na forma de financiar sem doação de empresas, qual foi o resultado, que para alguns parecia promissor? "Ah, uma grande troca", próxima de 50%. Mas, de fato, quem de fora do ambiente conseguiu novo mandato? Menos de 10% desses 50%, inclusive porque foram eleitos muitos filhos de políticos - e talvez esta tenha sido a eleição que mais se notabilizou pelos filhos - e, portanto, voltamos a ter um modelo oligárquico, que a gente criticava no Nordeste dos coronéis.

ANDREA MATARAZZO - Quase monárquico...

JOSÉ POLICE NETO - Temos até dois irmãos com mandato - isso é uma coisa *sui generis* no planeta. Na Câmara Municipal de São Paulo temos dois irmãos eleitos pelo mesmo partido.

RUBENS FIGUEIREDO - Não é uma visão meio romântica da sociedade achar que vai surgir uma liderança política? Não é fácil.

ANDREA MATARAZZO - Não entendi. O que é ser romântico?

RUBENS FIGUEIREDO - O que a sociedade quer? Ela acha que isso que está aí não serve. Então vamos tirar todo mundo que está aí e colocar outros?

ANDREA MATARAZZO - Não acho que é tão romântico. Você tem, em vários lugares do mun-

do, sistemas que já funcionam e são melhores que esse.

RUBENS FIGUEIREDO - Não é do sistema de que estou falando. Não é fácil produzir uma liderança, é disso que eu estou falando.

ROGÉRIO SCHMITT - Eu contesto essa premissa de que a sociedade quer algo novo. Isso é verdade?

RUBENS FIGUEIREDO - Não, ela não vota em nada novo, mas se você pega a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas sobre o que o Brasil quer, está lá: quer que mudem os políticos.

ROGÉRIO SCHMITT - O Amazonas fez agora uma eleição para governador e disputaram o segundo turno dois ex-governadores. E aí?

LUIZ ALBERTO MACHADO - Eu posso falar uma coisa? Será que nós não caímos, no caso da reforma política, no mesmo falso consenso das outras reformas? Quer dizer, aparentemente, você pergunta: quer reforma política? Quero. Mas quando você desce ao detalhe, cada um quer a sua reforma política. Por isso é tão difícil. É o mesmo caso da reforma tributária.

ROGÉRIO SCHMITT - Mas não é só no Brasil.

ALOYSIO AZEVEDO - Não está acontecendo nada no Brasil? A discussão aqui está de um conservadorismo brutal, que nunca vi coisa igual. Estou chocado. Não existe o Moro, não existe a Lava Jato, não existe toda essa hecatombe da classe política, nem um presidente com menos de 7% de aprovação...

...APARENTEMENTE, VOCÊ PERGUNTA: QUER REFORMA POLÍTICA? QUERO. MAS QUANDO VOCÊ DESCE AO DETALHE, CADA UM QUER A SUA REFORMA POLÍTICA. POR ISSO É TÃO DIFÍCIL. É O MESMO CASO DA REFORMA TRIBUTÁRIA".

Luiz Alberto Machado

ANDREA MATARAZZO - Aloysio, tem tudo isso, mas pela regra eleitoral os partidos colocam um candidato...

ALOYSIO AZEVEDO - Não estou falando da regra eleitoral...

ANDREA MATARAZZO - Mas Aloysio, pela regra eleitoral os partidos colocam os candidatos e as pessoas vão ter que votar nos mesmos. Ou vai haver uma abstenção altíssima.

ALOYSIO AZEVEDO - Concordo com a sua colocação, de que há uma procura do novo. Há dificuldade em encontrar o novo? Há. Mas o sistema ruiu, nós vivemos nesse sistema e ele ruiu, ele apodreceu, está em situação de putrefação...

ANDREA MATARAZZO - Mas tem uma capacidade de resistência que...

RUBENS FIGUEIREDO - De regeneração...

ALOYSIO AZEVEDO - O sistema apodreceu. A sociedade achava que era uma crise comum, que ia ser debelada normalmente em algum momento, e de repente a Lava Jato lancetou o coração do sistema, jorrou uma fedentina no Brasil inteiro e no Exterior também. A nossa imagem no exterior apodreceu. Então, há uma situação completamente nova. Isso não quer dizer que a possibilidade de renovação chegou no fundo do poço. Mas estamos diante de um processo agudo de mudança de sistema. De sistema, não é renovação, é de profunda mudança política.

SÉRGIO RONDINO - Você está falando em ruptura?



ALOYSIO AZEVEDO - Ruptura.

SÉRGIO RONDINO - Mas o atual sistema, como os outros da mesa estão dizendo, vai levar à eleição de pessoas muito semelhantes às que já estão aí, porque o sistema impede o surgimento do novo. Então, não há saída fora de uma ruptura?

ANDREA MATARAZZO - Olha aí os nomes postos para a eleição de presidente.

ALOYSIO AZEVEDO - Mas acontece o seguinte: você tem o Lula de um lado e o Bolsonaro do outro. Quem é que pode acreditar que esses dois processos mais reacionários, propondo o fortalecimento do Estado novamente, têm possibilidades? Então, o nosso grande problema é o seguinte: como é que ressurgem o centro? Nesse centrinho? Nesse centrão? Não há possi-

bilidade. O centro vai ressurgir para defenestrar esses dois esquemas reacionários que não têm nenhuma possibilidade porque eles defendem as corporações estatais todos os dois. O Lula defende o Estado e as corporações e o Bolsonaro também. E os dois vão implodir. E o Centro que vai ressurgir tem que chegar ao poder.

SÉRGIO RONDINO - Mas, na prática, como isso vai acontecer?

ROGÉRIO SCHMITT - Eu sou muito otimista, acho que essa reforma tem muito mais virtudes do que defeitos.

ALOYSIO AZEVEDO - A reforma foi feita, o voto distrital misto vai ser encaminhado de alguma maneira...

ROGÉRIO SCHMITT - Não. Não vai ter voto.

RUBENS FIGUEIREDO - Está no Senado...

ALOYSIO AZEVEDO - Vai ser implantado de alguma maneira. E aí vamos ter lideranças de centro que vão se recompor. É curiosamente - eu queria levantar aqui um aspecto interessante - não há proposta de reabilitação do centro a não ser pelo PSD. O PSD tem as duas únicas propostas que podem mobilizar a reabilitação do centro. Ou pela via do Meirelles, que num determinado momento pode surgir como uma solução, ou o Afif pela mobilização da massa dos batalhadores, como ele chama os pequenos empreendedores do Brasil. Só tem essas duas propostas de reabilitação do centro. Não tem outras duas. É curioso, mas um partido aparentemente fragilizado é o que tem essas duas propostas de reabilitação do centro.

SÉRGIO RONDINO - Rogério, explique o seu otimismo, por favor.

ROGÉRIO SCHMITT - Sendo bem pragmático: existem algumas características do sistema político brasileiro que estão aí para ficar, que resistiram a plebiscitos, a votações. O Brasil vai continuar sendo presidencialista, vai continuar tendo o sistema de voto proporcional. Sobre o voto distrital, só nesta legislatura houve duas tentativas de aprovar e as duas foram derrubadas. Acho que essa combinação é bastante interessante, acho que a gente não pode desprezar o sistema que a gente tem, de solução de consensos.

RUBENS FIGUEIREDO - Não é uma tragédia.

LUIZ ALBERTO MACHADO - Nesse sentido, a redução da fragmentação partidária ajuda.

ROGÉRIO SCHMITT - É excelente, é muito bem-vinda.

JOSÉ POLICE NETO - Tem duas coisas muito positivas: vai reduzir o número de partidos e vai reduzir os custos.

ROGÉRIO SCHMITT - Vai reduzir o número de ministérios nos próximos governos. Porque se você não tem mais 28 partidos, por que precisa de 25 ministérios? Ninguém fala disso.

RUBENS FIGUEIREDO - Quero colocar uma questão, comentando o que o Aloysio colocou. O estado de espírito do brasileiro, depois de tudo o que ele passou - passou 2013, depois teve a eleição da Dilma com o Aécio, que foi muito de embate, depois o impeachment, com Lava Jato no meio, você fala: quantos por cento aprovam o presidente? Só 3%. Pergunta para o brasileiro: é melhor o Temer terminar o seu mandato ou é melhor o presidente Temer sair? Sabe quanto dá? 40% acham que ele tem que terminar o mandato. E em 2018, na época da eleição, o Brasil estará crescendo 4%. Não estou chutando, não. Vai ser 3% ao longo do ano e na época que a eleição estiver sendo disputada, terceiro trimestre, 4% - dizem Mendonça de Barros e Lava-reda - depois de oito trimestres de crescimento negativo. Então, a sensação de melhora abre essa possibilidade de centro. A pessoa não vai querer o Temer, mas ela vai querer a continuidade da política econômica.

ALOYSIO AZEVEDO - O combate ao privilégio vai ser o elemento de avaliação e a PEC dos gastos será o elemento chave dessa questão.

RUBENS FIGUEIREDO - Não é, Aloysio, sabe por quê? 68% dos brasileiros têm renda

familiar menor que três salários mínimos. O privilégio passa longe do campo de preocupação deles. O que interessa para eles é ter o supermercado.

ALOYSIO AZEVEDO - Não estou negando essa parte...

RUBENS FIGUEIREDO - Por que o Lula virou esse fenômeno? A propaganda do Lula não era o que passava na televisão, era a televisão que o eleitor tinha comprado. É isso que vai interessar para essa massa enorme de brasileiros que sobrevive.

JOSÉ POLICE NETO - Tem uma diferença. Esse eleitor já viveu esse ambiente e está só recuperando o grau de euforia. Em dois momentos houve essa euforia e a economia um pouco anestesiava o cidadão eleitor. Parecia que a saúde fiscal dele era mais importante que qualquer outra saúde. A gôndola do supermercado tinha muito mais importância que a educação do filho. Isso aconteceu mesmo. Aqui tem uma coisa que eu queria trazer para vocês de sensibilidade, nesse momento. Eu entrei na política nesse ambiente não favorável ao aparecimento de líderes novos e me elegi como o mais jovem vereador no período de 2004. Não tinha muita gente disputando isso comigo. Eu não enxergava, no final dos anos 1990 e começo dos anos 2000, um conjunto de jovens debatendo a questão pública e debatendo a questão política. Eu queria dizer para vocês, hoje, que eu enxergo um volume infinitamente maior de jovens - não estou dizendo que são preparados, não é nada disso... Não sei se é resultado de 2013, mas ao constatar você enxerga hoje um conjunto infinitamente maior de jovens. Eu falo isso porque man-

tenho relações com algumas das faculdades que formam quadros para os setores público e político. Hoje, a insistência desses garotos em ter uma vida política é muito maior que no passado. Estou há 12 anos na Câmara e tenho quatro estagiários que estão em faculdades como a FGV fazendo cursos de muita qualidade. Há dez ou 12 anos isso não existia, achar um desses era um negócio difícil. O Antonio Angarita, para montar uma equipe de cinco jovens para acompanhá-lo no começo do governo Covas, foi um negócio fora do comum. Então, mudou muito. Aí talvez resida a grande transformação possível do próximo período. Estamos formando mais gente, preparada ou não, mas está se discutindo mais política. Então, tem um movimento que pode redundar, por exemplo, em não ser mais obrigatório o voto. Mas o que é fundamental é que há um movimento cada vez maior de jovens participando da política.

SÉRGIO RONDINO - A internet não tem um papel importante nisso? Inclusive incrementando a polarização?

ANDREA MATARAZZO - Você tem um fórum de discussão que não existia e é muito maior. Não há dúvida.

JOSÉ POLICE NETO - E não para de crescer.

SÉRGIO RONDINO - Umberto Eco dizia que a Internet abriu espaço para a manifestação de uma legião de imbecis. Mas o cidadão não instruído e não politizado, que hoje escreve muita bobagem porque não conhece as coisas, pode, graças à Internet, aprender e vir a ter mais consciência política e social do que atualmente.

UMBERTO ECO DIZIA QUE A INTERNET ABRIU ESPAÇO PARA A MANIFESTAÇÃO DE UMA LEGIÃO DE IMBECIS. MAS O CIDADÃO NÃO INSTRUÍDO E NÃO POLITIZADO, QUE HOJE ESCREVE MUITA BOBAGEM PORQUE NÃO CONHECE AS COISAS, PODE, GRAÇAS À INTERNET, APRENDER E VIR A TER MAIS CONSCIÊNCIA POLÍTICA E SOCIAL DO QUE ATUALMENTE”.

Sérgio Rondino

ROGÉRIO SCHMITT - Não esqueçam do conselho de Nelson Rodrigues aos jovens: “Envelheçam!”.

ALOYSIO AZEVEDO - O quadro está estável, mas traumatizado pela política, à procura de uma solução que sequer apareceu e é tradicionalmente o centro. O centro-direita não apareceu e vai aparecer. E tem que aparecer. E devido ao tempo curto, esperar que apareça com uma capacidade incrível de mobilização. E essa capacidade incrível de mobilização está dentro desse quadro que você colocou agora. Essa juventude, que está por enquanto radicalizada nos dois esquemas - que são inviáveis, totalmente retrógrados porque pregam o fortalecimento do Estado e das corporações e isso vai começar a desaparecer. E essa capacidade de galvanizar esse centro, o novo centro, virá num espaço muito curto, com uma grande capacidade de mobilização. É da natureza. E isso é que vai renovar, não é essa legislação que vai renovar. O que vai renovar é essa capacidade de mobilização do centro novo. Pode ser um pouco amparado na recuperação econômica, mas na minha opinião vai ser, de um lado, a mobilização dos batalhadores microempresários, que são a força que está produzindo alguma coisa nesse Brasil de hoje, e do outro lado a raiva que o povo está tendo dos privilégios, como os desses desembargadores faturando mais de R\$ 500 mil num mês, e juízes faturando acima do teto...

ANDREA MATARAZZO - Acho que a sociedade, hoje, não quer saber do Estado, ela quer a prestação de serviço, venha de onde vier. Ela está se lixando. Eu quero lembrar alguns mitos. Na minha geração, desde o governo Fernando Henrique, cada vez que se ia falar em privatização, o político, de maneira geral, ficava apa-

vorado. Quando você vai para a periferia de São Paulo, você vê que o cara está se lixando para a privatização. Ele quer o ônibus funcionando, metrô funcionando, não quer saber se é privado ou público.

ALOYSIO AZEVEDO - Mas isso é óbvio.

ANDREA MATARAZZO - Óbvio para você. Para os políticos, começou a ficar agora.

ALOYSIO AZEVEDO - Não, é óbvio geral. Ninguém quer saber, não, ele não dá bola. Está todo mundo tratando do seu sustento.

RUBENS FIGUEIREDO - O que aconteceu, e as pesquisas retratam muito bem, é que o eleitor está apostando mais nele. Ele não precisa ficar esperando o Estado ajudar para ele vencer na vida. Essa me parece a grande mudança.

ANDREA MATARAZZO - Isso há muito tempo. Se você ler uma pesquisa do Instituto Perseu Abramo, não sei se chegaram a ver...

SÉRGIO RONDINO - Fizemos um debate aqui a respeito disso.

ROGÉRIO SCHMITT - "Um País chamado favela", né?

ANDREA MATARAZZO - Isso, há muito tempo. Basta andar na periferia de São Paulo que você percebe. Há dez anos se percebe isso.

SÉRGIO RONDINO - Vamos encerrando por aqui, agradecendo a participação do vereador Police Neto, do ex-ministro Andrea Matarazzo e dos nossos colaboradores em mais esse debate aqui no Espaço Democrático. Muito obrigado e até o próximo Encontro Democrático.

Presidente
Guilherme Afif

1º Vice-presidente
Vilmar Rocha

2º Vice-presidente
Alfredo Cotait Neto

Secretária
Alda Marco Antonio

Diretor Superintendente
João Francisco Aprá

Conselho Superior de Orientação

Presidente - Gilberto Kassab

Guilherme Afif

Omar Aziz

Raimundo Colombo

Otto Alencar

Claudio Lembo

Ricardo Patah

Vilmar Rocha

Guilherme Campos

Robinson Faria



Fundação para Estudos e Formação Política do PSD

ENCONTROS DEMOCRÁTICOS - Coleção 2018 - "O que mudou com a nova reforma eleitoral"
ESPAÇO DEMOCRÁTICO - Site: www.espacodemocratico.org.br Facebook: **EspacoDemocraticoPSD** Twitter: **@espdemocratico**
Coordenação - Scriptum Comunicação - Jornalista responsável - Sérgio Rondino (MTB 8367)
Projeto Gráfico - BReeder Editora e Ass. de Com. Ltda - Marisa Villas Boas - Fotos - Scriptum e Shutterstock



www.espacodemocratico.org.br